

POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO PARA A LITERATURA EM MATO GROSSO DO SUL

Vanderlei José dos Santos
Prof. Dr. Daniel Abrão
Prof. Dr. Volmir Cardoso Pereira
Financiamento: CAPES

Pensar a literatura em Mato Grosso do Sul e sua relação com as políticas públicas de Estado que nos permita discutir as condições para sua produção, circulação e a promoção da leitura nas escolas é o que me move nessa investigação. Neste sentido, estou trabalhando numa pesquisa intitulada de: *A Literatura nas Políticas Públicas de Estado de Mato Grosso do Sul (2002-2017)*: a produção, a circulação e a promoção da leitura. O objeto é um desdobramento de uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) e do Termo de Conclusão de Curso (TCC), realizados em minha graduação no Curso de Artes Cênicas e Dança (2014-2017) em que tracei um percurso histórico da construção das políticas públicas para a arte e a cultura em MS de 1979 a 2017. A necessidade de uma investigação sobre a Política Pública para a literatura do Estado de MS requer inicialmente a informação de que não há estudos no âmbito da academia que trate especificamente deste objeto, - ao menos até o momento não descobri trabalhos acadêmicos sobre a questão- ou seja, é um campo amplo e complexo a ser explorado. Essa situação por si só já se apresenta como grande problemática a ser estudada no campo literário sul-mato-grossense, pois, conforme afirma Lukács “[...] a existência e a essência, a gênese e a eficácia da literatura só podem ser compreendidas e explicitadas no quadro histórico geral de todo o sistema [...] são parte do processo histórico da sociedade” (LUKÁCS, 2010, p.12-13). Assim, entendendo que as políticas públicas promovidas pelo Estado para o setor é parte do ‘quadro histórico geral de todo o sistema’ literário de MS. Neste sentido, o objetivo superior da pesquisa é analisar a literatura no âmbito das políticas públicas de livro, leitura e literatura no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2017, a fim de perceber as relações de produção, circulação e promoção da leitura no estado. Além disso, pretendemos especificamente analisar a relação de produção e a comercialização das obras publicadas a partir das políticas públicas de MS; examinar a circulação das obras literárias publicadas a partir das políticas públicas em âmbito escolar e analisar as propostas e

ações de promoção da leitura do Estado de Mato Grosso do Sul. Sob uma perspectiva histórica, entendo que a literatura como elemento da arte e da cultura, é a priori um produto humano, e como tal, suas produções se determinam pelas condições materiais em que se encontra a sociedade em um momento histórico específico. Desse modo, a pesquisa está centrada no balanço da bibliografia produzida pela historiografia no âmbito das políticas concernentes a literatura no Brasil; no levantamento de documentos oficiais (fontes primárias) nos órgãos públicos e Diário Oficial e entrevistas (caso necessários); no fichamento do material arrolado, compilação das fontes primárias e secundárias; e finalmente na elaboração da dissertação da pesquisa. Políticas Públicas podem ser entendidas como um “[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” (SARAIVA, 2006, p.28). Contribuir para modificar a realidade da leitura e da compreensão de mundo por parte do sujeito de modo a contribuir para com o equilíbrio social é um dos intentos da política pública literária. Ela é indissociável das políticas culturais, haja visto que a afirmação do direito à escrita e à leitura como essenciais, presume impactos significativos nas manifestações culturais e artísticas no que se refere a concepção e fruição de obras e nos processos de formatividade em relação a leitura e compreensão de mundo. “Visto que a leitura e o acesso democrático à informação estão entre os quesitos básicos para o domínio e compreensão dos símbolos culturais e das diversas expressões artísticas, assim que se consolidam como direito básico do ser humano” (PINHEIRO, 2016, p.21). No entanto, o Estado enquanto promotor deste direito básico atua quase sempre como um interventor cuja finalidade é “[...] manter, consolidar e ampliar seu controle sobre as relações sociais suscetíveis de alteração sob o impacto de ações culturais autônomas. Embora, a nível de proclamação, o Estado intervenha em nome da distribuição cultural” (CASTANHO, 1987, p.15). Neste sentido concordo com Castanho que entende política cultural como “[...] ‘política social, já que se apresenta como um mecanismo distributivista (social) de bens culturais’ (CASTANHO, 1987, p.15). A questão no Brasil começou a ser estudada recentemente datando da década de 1980 - conforme Calabre (2005) – os estudos de maiores vultos. Os estudos de maior envergadura apontam para um obscurantismo e ausência do Estado no período colonial em que “[...] a proibição de instalação de imprensas; o controle da circulação de livros; as limitações da educação; a

inexistência de ensino superior e universidades são apenas algumas das faces deste obscurantismo (RUBIM, 2007, p.02). Com a chegada da corte portuguesa tivemos a abertura da imprensa régia, no entanto, ao setor livreiro interessava a literatura francesa e uma elite de consumidores “cultos” e abastados. No primeiro império. “Ela era tratada como um privilégio ou como um ornamento [...] em uma sociedade de alta exclusão social. Enquanto que no segundo império [...] as atitudes pessoais de D. Pedro II voltadas para a cultura, a rigor, não podem ser pensadas como uma efetiva política” (RUBIM, 2007, p.02). Conforme Pinheiro (2016) é somente a partir da década 1930, durante o governo Vargas, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) – que funcionou até 1990 - em 1937 no âmbito do Ministério da Educação e Saúde (MES) é que de fato pode se considerar iniciada uma política sistemática para a literatura no Brasil. Durante a Ditadura Militar houve uma tentativa de se expandir as políticas culturais, no entanto em relação a literatura sofreu com a mordada da censura. Com o processo de redemocratização coube ao Ministério da Cultura (MINC) cuidar das Políticas Públicas para a literatura no país. Na década de 1990 “[...] o receituário do estado mínimo iniciava a sua hegemonia no setor de cultura, escolha política que veio a dar o tom em toda a década de 1990 (PINHEIRO, 2016, p.58). É deste período a criação da Lei Rouanet (1991) e do Programa de Incentivo à Leitura (PROLER) em 1992. A partir dos anos 2000 cabe destacar a criação da Política Nacional do Livro (PNL) que mais tarde passou a denominar-se Plano Nacional de Livro, Leitura (PNLL) que tem como objetivo central a democratização do acesso à leitura e ao livro, entendendo-se que é por meio da leitura que o sujeito poderá desenvolver-se plenamente suas capacidades/habilidades para atuar individual ou coletivamente no seio da sociedade. No que se refere ao estado de Mato Grosso do Sul, percebemos a partir do levantamento no Diário oficial do Estado – 1979 a 2017 - quatro momentos no que se refere a intervenção do estado na política pública de estado cultura e consequentemente para o livro, leitura e literatura: o primeiro que se estende de 1979 a 1998 é marcado pela ausência de uma política de Estado; entre 1998 a 2001 tivemos a fase da dedução fiscal nos moldes da Lei Rouanet; de 2001 até 2017 o estado assumiu para si o fomento da produção e circulação por meio do Fundo de Investimentos Culturais (FIC) e; a partir de 2017 tivemos o FIC incorporado ao Sistema Estadual de Cultura (SIEC/MS) cujas ações estão previstas no Plano Estadual de Cultura (PEC/MS). Em relação a promoção da

leitura, MS tem atuado com o PROLER desde 1996 que se propõe a realizar ações de incentivo à leitura por meio de oficinas, palestras e encontros nas escolas e espaços culturais, sendo esta uma iniciativa conjunta da FCMS, SED, universidades e a sociedade em geral. Ainda cabe destacar a instituição do Plano Estadual de Livro e Leitura (PELL/MS) a partir de 2010 que é uma tentativa de alinhar as ações do governo para o setor literário a partir da gestão compartilhada entre a SED e a FCMS. Por último ainda cabe destacar o Prêmio Guavira de Literatura que desde 2012 premia obras de escritores sul-mato-grossenses e nacionais em processo de seleção pública. No que tange políticas de Estado para a circulação da literatura de MS em nossas escolas, estou em processo de coleta de dados junto a SED, mas de antemão já podemos citar o dato de a literatura ter sido excluída como disciplina do currículo escolar, o que já demonstra um retrocesso. As percepções até o presente momento apontam para uma política de Estado que tem se instaurado com ausência, alguns avanços nos marcos legais – como é o caso do SIEC, do PEC e do PELL e investimentos que quando ocorrem de forma efetiva – caso do FIC - oscilam nos montantes alocados, além de recuar em determinados anos/exercícios.

REFERÊNCIAS:

CALABRE, Lia. **Política cultural no Brasil: um histórico.** In: CALABRE, Lia (org.) Políticas culturais: diálogo indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.9-21.

CASTANHO, Montes, Eduardo, Sérgio. **Política Cultural: Reflexão sobre a separação entre a Educação e a cultura do Brasil.** Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000017822&fd=y>> Acessado em: 28/04/2018.

DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL. **1979 a 2019** – Disponível em: <<http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe>> Acessado entre : <09/2016 a 06/2019>.

LUKÁČZ, Györg. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: MARX, Karl, 1818-1833. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos/** Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. **Política pública de leitura e participação social**: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo/ Ricardo Queiroz Pinheiro, - São Paulo: R.Q. Pinheiro, 2016.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios In: **Políticas culturais no Brasil** / organização Antonio Albino Canelas Rubim. — Salvador : edufba, 2007.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: **Políticas públicas**; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006.